

II.11.9 PLANO DE COMPENSAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta o Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP), referindo-se se à atividade de perfuração marítima a ser realizada nos Blocos CE-M-717 e CE-M-665, na Bacia do Ceará sob concessão da Premier Oil do Brasil Petróleo e Gás Ltda., doravante chamada Premier. Este documento foi desenvolvido de acordo com as orientações do Termo de Referência (TR) CGPEG/ DILIC/ IBAMA nº 10/14.

Foram seguidas as diretrizes constantes da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10, para elaboração e implementação do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira, tomando como base a Linha de Ação E – Projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo. Deste modo, foram adotadas as orientações quanto à forma de apresentação de documentos e conteúdo mínimo a ser apresentado, sendo observado o solicitado no item 6.2.4 da Nota Técnica em questão.

O Plano de Trabalho aqui apresentado deve ser executado em três comunidades pesqueiras do município de Fortaleza, que compõe a Área de Influência do empreendimento a ser licenciado. O referencial teórico do IBAMA, baseado em uma postura ativa de gestão ambiental compartilhada no âmbito do licenciamento ambiental norteia este Plano, agindo sobre sujeitos e atores sociais de maior vulnerabilidade socioambiental.

O desenvolvimento de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) está em total consonância aos pilares de inclusividade e participação que um diagnóstico deve oferecer, proporcionando ferramentas para o processo investigativo sobre problemas ambientais e conflitos relacionados ou não à indústria de petróleo. O DRP, aliado à metodologia de Meios de Vida Sustentáveis (MVS), é o principal arcabouço metodológico que subsidia a elaboração do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira, já que seus resultados serão as próprias propostas de compensação.

As ferramentas específicas provenientes do DRP e do MVS deverão envolver grupos sociais de pescadores artesanais em estado de vulnerabilidade e instituições da classe pesqueira que possuem interface com a realidade vulnerável. O Relatório do Diagnóstico Participativo será organizado em duas partes, seguindo as orientações da Nota Técnica nº 01/10, com detalhamento das atividades executadas e abordagem de análise por comunidade e de maneira regional.

2. RECORTE ESPACIAL (detalhamento e identificação das localidades e comunidades)

Este Plano de Compensação da Atividade Pesqueira é uma medida mitigadora e compensatória do empreendimento da Premier Oil para a etapa de perfuração marítima a ser realizada nos Blocos CE-M-717 e CE-M-665, na Bacia do Ceará.

A Área de Influência do empreendimento é composta por nove municípios do Ceará, que praticam a pesca artesanal. Nestas localidades, foi mapeado que há sobreposição da atividade pesqueira com a área pretendida

para a perfuração dos poços, o que caracterizou, assim, a identificação de impactos não mitigáveis, impostos pelo empreendimento sobre a atividade pesqueira. Dessa forma, a execução do PCAP torna-se fundamental, seguindo o que se orienta no Termo de Referência nº 10/14, o que, conseqüentemente, remete à necessidade de desenvolvimento deste Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo para nortear o processo.

O recorte espacial foi definido a partir de duas etapas:

- (i) Identificação de municípios com prática de atividade pesqueira artesanal em região de sobreposição desta atividade com a área pretendida para a perfuração dos poços.
- (ii) Identificação das comunidades pesqueiras de cada município que atuam em região de sobreposição.

A partir dos dados apresentados no Diagnóstico Socioeconômico foram identificadas as comunidades pesqueiras que atuam na área do poço previsto para perfuração no Bloco CE-M-665, conforme apresentado no capítulo II.8. Todas as comunidades que pertencem ao Recorte Espacial do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira localizam-se no município de Fortaleza, são elas:

- (i) Comunidade pesqueira artesanal de Jacareacanga, em Fortaleza;
- (ii) Comunidade pesqueira artesanal de Mucuripe, em Fortaleza;
- (iii) Comunidade pesqueira artesanal do Porto dos Botes, em Fortaleza.

3. PÚBLICO DEFINIDO (número de pessoas e características principais do grupo)

As comunidades pesqueiras artesanais de Jacareacanga, Mucuripe e Porto dos Botes são usuárias do espaço marítimo e possuem características que as definem como tal, como laços comunitários, perfis produtivos, produção pesqueira, relações de parceria, entre outros aspectos.

De acordo com os resultados apresentados no item II.5 (Diagnóstico Ambiental), o município possui grande tradição na atividade pesqueira, tendo sua costa povoada por jangadas e embarcações de médio e grande porte. No caso da pesca artesanal, esta atividade possui muita expressividade e é realizada principalmente através de embarcações a vela, em sua maioria paquetes e jangadas.

Quanto ao número estimado de pescadores nas três comunidades que formam o público deste PCAP, não é possível definir sua quantidade, pois dados primários levantados em campo (AECOM, 2014) apontaram para uma ausência de precisão por parte do presidente da Colônia de Pescadores Z-08 de Fortaleza. De maneira geral, a liderança estimou que houvesse três mil pescadores em Fortaleza como um todo e que, no caso de Mucuripe, “essa localidade é a que tem o maior número”. Portanto, não há dados oficiais por comunidade, sendo que o próprio Diagnóstico Participativo poderá auxiliar neste mapeamento, não sendo possível apresentar estas informações atualmente.

As comunidades possuem instituições que representam sua classe pesqueira, como a própria Colônia de Pescadores e outros tipos de associações, mesmo que em um nível informal de associativismo. Sobre estas últimas, cabe dizer que o próprio Diagnóstico irá auxiliar em seu processo de identificação.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos do Diagnóstico Participativo são:

1. Caracterizar a realidade socioeconômica das três comunidades, de suas lideranças comunitárias e de instituições de forma a diagnosticar suas características socioeconômicas.
2. Analisar os meios de vida, aspirações, problemas, conflitos e potencialidades socioambientais das três comunidades, que estejam ou não ligadas direta ou indiretamente relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural.
3. Identificar e hierarquizar demandas que permitam a elaboração de projetos coletivos voltados para a melhoria das condições de vida e de trabalho nas comunidades participantes.
4. Garantir que o processo seja realizado com a ampla participação comunitária e que o processo seja legitimado pelos seus atores.
5. Fornecer as informações para as análises a serem apresentadas ao órgão ambiental por comunidade e em nível regional.
6. Implementar os projetos coletivos para a melhoria das condições de vida e de trabalho nas comunidades participantes.

5. METODOLOGIA

O presente Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo e o PCAP em si baseiam-se nas próprias premissas teóricas e metodológicas do IBAMA, a partir da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10 e suas Diretrizes para Implantação dos Componentes do Programa de Educação Ambiental, para apresentação de propostas e planos de trabalho de projetos e para elaboração dos respectivos relatórios de implementação.

Neste tópico, são apresentados os dois pilares metodológicos que irão nortear este Diagnóstico: o DRP e os Meios de Vida Sustentáveis. Para ambos, será apresentado seu referencial teórico e exemplo de aplicação prática.

Este mesmo documento sugere que o Diagnóstico Participativo é o conjunto de procedimentos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários junto a grupos sociais localizados na Área de Influência de determinado empreendimento em licenciamento. Soma-se esse entendimento ao objetivo da Linha de Ação E, que é o de desenvolver processos educativos.

O enfoque participativo pressupõe uma participação ativa dos grupos impactados por determinada atividade e, segundo Gomes & Pompéia (2005), o conceito de participação possui os seguintes pressupostos contemplados neste documento:

- (i) Melhorar as condições para tomada de decisão comunitária para ações coletivas.
- (ii) Elevar a corresponsabilidade dos atores sociais envolvidos.
- (iii) Facilitar os processos de aprendizado social.
- (iv) Aperfeiçoar as formas de articulação e representação de interesses.

Ainda, com relação ao Diagnóstico Rápido Participativo, alguns princípios chaves adicionais podem ser destacados (CHAMBERS e GUIJIT, 1995):

- (i) Facilitação: a importância de boa habilidade para facilitação, com a finalidade de permitir que a população local se aproprie da maior parte ou da totalidade da investigação, da elaboração de mapas, diagramação, ordenamento, qualificação, quantificação, análise, apresentação, planejamento, por sua própria conta, para serem donos dos resultados. A análise que eles realizam, partilham com os agentes externos e a informação permanecem com aqueles que a geraram e será utilizada fora da comunidade unicamente com a sua permissão;
- (ii) Compartilhar: o hábito de compartilhar informações, métodos e dados, experiências de campo deve estar presente, pois é fundamental entender que não há um proprietário de ideias no processo participativo.

O arcabouço metodológico prático do Diagnóstico Participativo é formado por cerca de 80 ferramentas, sendo algumas mais adequadas para construções coletivas de conhecimento e outras para construções individuais de conhecimento. Por outro lado, considerando que cada comunidade possui suas especificidades e formas de organização social, destaca-se que as ferramentas apresentadas a seguir não deverão ser as únicas aplicadas no decorrer do Diagnóstico, podendo haver certa flexibilidade para coleta de informações e de percepções. No entanto, estas ferramentas elencadas são suficientes para garantir a qualidade de dados. Optou-se por apresentá-las por ordem alfabética.

TABELA II.11.9.1: Tipos de ferramentas participativas a serem utilizadas no Diagnóstico.

FERRAMENTA	INFORMAÇÕES OBJETIVAS	INFORMAÇÕES SUBJETIVAS
Calendário Sazonal	Pesqueiros	Dificuldades da atividade pesqueira e possibilidades de conflitos com a atividade de perfuração
	Artes de pesca	
	Espécies capturadas	
	Sazonalidade e produtividade	
Diagrama de Venn	Formas de Associativismo	Visão geral sobre grupos e organizações com as quais se relaciona
	Relacionamento entre comunidades	
	Reivindicações	
	Conflitos	
	Relacionamento com órgãos públicos/ instituições	
	Problemas ambientais	
	Pontos fortes	
	Anseios/ aspirações	
	Reconhecimento e legitimidade percebida	
	Articulações e parcerias	
Lideranças		
Entrevista Semiestruturada	Assistência técnica	Todas as citadas aqui
	Pesqueiros	
	Material de pesca e material do barco	
	Artes de pesca	
	Sazonalidade e produtividade	

FERRAMENTA	INFORMAÇÕES OBJETIVAS	INFORMAÇÕES SUBJETIVAS
	Espécies capturadas Infraestrutura pesqueira Formas de armazenar o pescado, manipulação e beneficiamento Comercialização e renda da pesca Característica da frota Tripulantes Licenças e documentações Área de atuação e público envolvido (instituições) Histórico de relacionamentos (instituições) Reconhecimento e legitimidade percebida (instituições) Articulações e parcerias (instituições) Conflitos Lideranças	
Fluxograma da atividade e Entra e Sai	Assistência técnica Infraestrutura pesqueira Formas de armazenar o pescado, manipulação e beneficiamento Comercialização e renda da pesca	Relações familiares e intracomunitárias Renda familiar Acesso a recursos financeiros Nível de fragilidade social
Linha do Tempo	Formas de associativismo Relacionamento entre comunidades Conflitos Problemas ambientais Sazonalidade e produtividade Característica da frota Histórico de relacionamentos Articulações e parcerias	Marcos históricos Atividades econômicas Mudanças socioeconômicas Relação do passado com o presente
Mapa Falado	Pesqueiros Infraestrutura pesqueira Comercialização e renda da pesca	Dinâmica da comunidade Representações espaciais importantes
Matriz de Conflitos	Formas de Associativismo Histórico de relacionamentos (instituições) Conflitos (intercomunitários e institucionais) Reconhecimento e legitimidade percebida (instituições) Articulações e parcerias (instituições) Lideranças Segurança	Relações sociais Nível de fragilidade social
Matriz de Pesca	Pesqueiros Artes de pesca Sazonalidade e produtividade Espécies capturadas Comercialização e renda da pesca Característica da frota Tripulantes	Atividades complementares de renda Atividades econômicas realizadas pelo núcleo familiar
Me Agrada Me Incomoda	Formas de associativismo Relacionamento entre comunidades	Dinâmica pesqueira Dinâmica da comunidade

FERRAMENTA	INFORMAÇÕES OBJETIVAS	INFORMAÇÕES SUBJETIVAS
	Reivindicações	
	Conflitos	
	Segurança	
	Relacionamento com órgãos públicos/ instituições	
	Infraestrutura pesqueira	
	Histórico de relacionamentos (instituições)	
	Reconhecimento e legitimidade percebida (instituições)	
	Articulações e parcerias (instituições)	
	Lideranças	
Observação Participante	Formas de associativismo	Dinâmica da comunidade
	Relacionamentos com órgãos públicos/ instituições	Dinâmica da cadeia produtiva da pesca
Partilha de Renda	Assistência técnica	Acesso a recursos financeiros
	Material de pesca e material do barco	Nível de fragilidade social
	Artes de pesca	
	Espécies capturadas	
	Infraestrutura pesqueira	
	Formas de armazenar o pescado, manipulação e beneficiamento	
	Comercialização e renda da pesca	
	Característica da frota	
	Tripulantes	
	Licenças e documentações	
Rotina Diária	Formas de associativismo	Modo de vida
	Relacionamento entre comunidades	Relações familiares
	Pesqueiros	Horários de atividades
	Material de pesca e material do barco	Atividades familiares
	Artes de pesca	Renda familiar
	Espécies capturadas	
	Infraestrutura de desembarque e comercialização	
	Comercialização e renda da pesca	
	Tripulantes	

É necessário dizer que essas informações devem compor o diagnóstico das características socioeconômicas de cada comunidade, assemelhando-se a um espelho da realidade local de cada comunidade. É somente a partir dele que cada sujeito social pode exercer participação qualificada para uma hierarquização de demandas que permite a elaboração de projetos coletivos para a melhoria das condições de vida. Entende-se que não é possível exercer participação qualificada sem informação qualificada.

Conforme mencionado no Sumário Executivo deste documento, a metodologia dos Meios de Vida Sustentáveis será desenvolvida em complementação às ferramentas de DRP, oferecendo um caminho para garantir o entendimento sobre vulnerabilidade. Apesar de serem muitos os conceitos deste termo e diversas as maneiras de mensurá-lo, segundo Alwang *et al* (2001), algumas semelhanças devem ser

reforçadas e trilham um perfil metodológico a ser buscado neste PCAP: (i) exposição a riscos¹, impactos, choques e estresse e; (ii) suscetibilidade que implica nas capacidades e habilidades, ou falta dessas, para enfrentar e se recompor. Portanto, entende-se que investigar tal exposição e tal suscetibilidade irá trazer muitas informações e percepções importantes sobre potencialidades, conflitos e problemas das comunidades envolvidas.

Acadêmica e historicamente, a grandeza da vulnerabilidade no MVS tem forte influência do trabalho teórico de Amartya Sen (1981)², sistematizado por Chambers (1989), que o apresenta por dois lados. O externo – riscos, choques e estresse que agem sobre os ativos financeiros, físicos, humanos, naturais e sócio-políticos – e o interno – estratégias de defesa buscando mitigá-lo e enfrentá-lo sem incorrer em perdas ou erosão da base de ativos que permite manter ou progredir um meio de vida³.

A internalização da vulnerabilidade no MVS se complementa com os conceitos de poder, governança e a evolução das abordagens e ferramentas participativas. É sistêmica, flexível e poderosa quanto à sua aplicação, baseada nos seguintes princípios fundamentais: (i) centrado nas pessoas; (ii) holístico; (iii) dinâmico; (iv) evolutivo a partir dos pontos fortes; (v) vinculador do contexto global e local; e (vi) sustentável (DFID, 1999). A Figura traduz esse pensamento e expressa o polígono que o define:

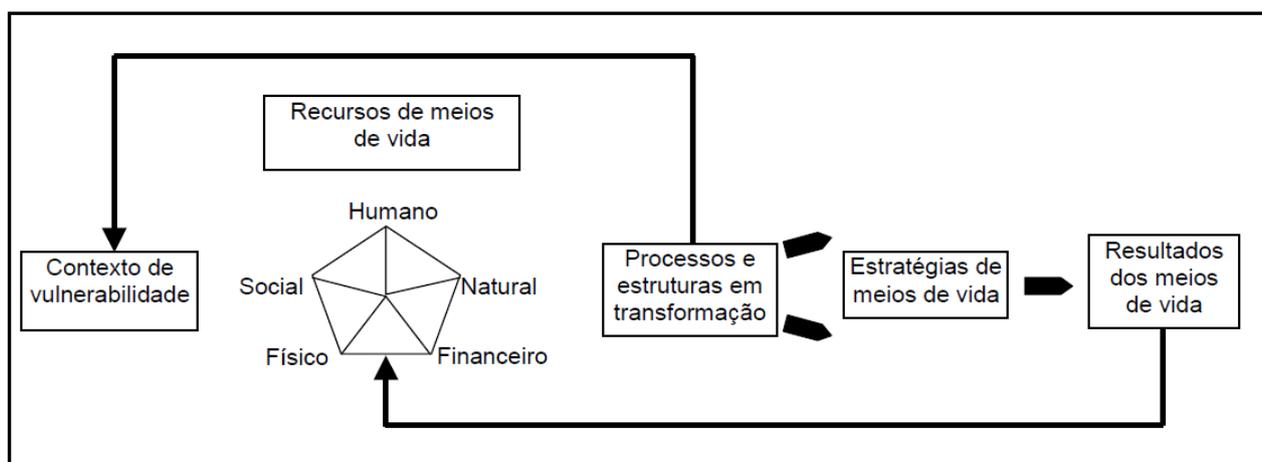


FIGURA II.11.9.1: Abordagem “Meios de Vida Sustentáveis”

Fonte: Ministério para o Desenvolvimento Internacional, 1999.

Por este viés, a soberania e a segurança alimentares, pilares da pesca artesanal, passam a ser claramente entendidos a partir da percepção sobre a fragilidade dos recursos apontados.

¹ Os riscos são caracterizados pela probabilidade de ocorrência de eventos conhecidos ou desconhecidos.

² A teoria de Sen (1981), pautada no conceito de “*Food Entitlement*”, refere-se ao conjunto de rendas e recursos nos quais famílias podem estabelecer algum controle e segurança sobre seus meios de vida e representou uma mudança de paradigma na forma de conceituar a fome.

³ Segundo Chambers & Conway (1991) a expressão “meio de vida” consiste nas capacidades, atividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento. e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base.

6. ATIVIDADES PREVISTAS PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Cada atividade apresentada a seguir deve ser entendida como uma etapa do PCAP e o desenvolvimento de cada uma delas é inerente para que haja sucesso no processo participativo como um todo.

- Mobilização: as três comunidades deverão ser mobilizadas, assim como suas lideranças (formais e informais). Esta etapa pressupõe o início de uma relação transparente entre a empresa e os grupos envolvidos, devendo ser iniciada com comunicação clara de informações, devendo estar alinhada com o Projeto de Comunicação Social da empresa.
- Diagnóstico: deve ser desenvolvido com os pescadores, prioritariamente, a partir do mapeamento delimitado na etapa anterior que deverá ter apontado para existências de grupos, por exemplo. O Diagnóstico também deverá alcançar lideranças formais e informais, com representantes de instituições.
- Sistematização e devolutiva: esta etapa pode ser definida como o momento de apropriação da comunidade e o melhor resultado esperado é a validação positiva de informações, entre elas, a identificação de demandas. É esperado que haja um certo nível de alterações no diagnóstico, a partir deste olhar coletivo.
- Hierarquização de demandas: de maneira coletiva, deve ocorrer a hierarquização de demandas, através de um processo facilitado e mediado com cuidado, para não ocorrer possíveis sobreposições de interesses. A nomeação de uma comissão em cada comunidade poderá facilitar este processo.
- Detalhamento dos projetos eleitos⁴: com o apoio da comissão escolhida em assembleia e com membros das comunidades, deverão ser detalhados os projetos coletivos voltados para a melhoria das condições de vida e de trabalho nas comunidades participantes.
- Apoio à organização das comunidades e à gestão coletiva⁴: através do acompanhamento próximo, e com apoio de conhecimento teórico e prático pela equipe técnica às comunidades.
- Monitoramento e avaliação do processo⁴: a prática da boa gestão de informações deve acompanhar todo o PCAP, devendo se ater a importância de coletar evidências, sistematizações, fotos, documentos, enfim, todo e qualquer documento que reflita o processo.
- Desenvolvimento de produtos documentais⁴: relatórios de análise por comunidade e por nível regional deverão ser elaborados, assim como o Relatório do Diagnóstico Participativo ao final desta etapa, conforme o item 6.2.4.2 da Nota Técnica CGPEG/ DILIC/ IBAMA nº 01/10. Ao final da operação, um relatório final deverá ser apresentado em conformidade com o item 6.2.4.3 da mesma Nota Técnica.

⁴ Estas etapas apenas poderão ser aprofundadas a partir da hierarquia de demandas e posterior planejamento, estratégia e orientações junto ao órgão ambiental, já que a implementação dos projetos de compensação está atrelada a uma fase posterior neste licenciamento ambiental.

7.1 METAS E INDICADORES

A **Tabela II.11.9.2** apresenta as metas definidas para o PCAP e seus indicadores correlatos. No caso de alguns indicadores, é razoável assumir que, devido ao aspecto qualitativo e subjetivo de algumas metas, não é possível estabelecer um indicador matemático, já que a meta relaciona-se com investigações qualitativas. Afinal, o próprio Diagnóstico Participativo é muito mais qualitativo do que quantitativo.

TABELA II.11.9.2: Objetivos, Metas e Indicadores.

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	INDICADOR
1	Coleta e organização de 100% dos dados primários e secundários.	<ul style="list-style-type: none"> › Mobilização realizada com sucesso, pela identificação de atores chave, grupos organizados e lideranças comunitárias. › Número de abordagens realizadas em cada comunidade e qualidade das informações obtidas. › Percepções sobre a realidade bem conduzidas e mapeadas.
2	Análise técnica de 100% dos dados primários e secundários no que tange meios de vida, aspirações, problema, conflitos e potencialidades.	<ul style="list-style-type: none"> › Relatório de análise concluído.
3 e 4	Hierarquizar demandas comunitárias em 100% das comunidades envolvidas neste PCAP.	<ul style="list-style-type: none"> › Processo de devolutiva realizado em todas as comunidades, com a apresentação do diagnóstico e de demandas levantadas. › Processo de correção/ alteração de informações/ demandas concluído.
5	Organização das evidências do processo de hierarquização.	<ul style="list-style-type: none"> › Relatório do Diagnóstico Participativo, com sistematizações e evidências coletadas das etapas de Devolutiva e de Hierarquização de demandas, realizando análise por comunidade e em nível regional.

8. RESULTADOS ESPERADOS

Resultados esperados do Diagnóstico Participativo não devem ser pensados como algo imutável ou absolutamente concreto. A participação qualificada, assim como a construção coletiva de demandas em prol de melhoria das condições de vida, pressupõe um processo de transformação e de aprendizagem que deve ser avaliado de maneira contínua, até mesmo para não gerar desgaste nas comunidades.

A partir desses entendimentos, entende-se que os resultados esperados do Diagnóstico Participativo sejam:

- Exploração da realidade local das comunidades a partir de uma abordagem participativa, crítica e colaborativa.
- Apropriação de conhecimentos locais, troca de experiências e sentimento de reconhecimento por parte das comunidades.
- Mapeamento de lideranças informais.
- Base de relacionamento fortalecida para execução das demandas hierarquizadas no Diagnóstico.

9. QUANTITATIVO E PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

A atuação de uma equipe multidisciplinar e com experiência em processos participativos será fundamental e crítica para a boa execução deste Plano. A apropriação da metodologia e a flexibilidade dialógica são prioritárias.

Aqui, é apresentado um conjunto de habilidades que, somados, deverão trazer sucesso ao projeto.

TABELA II.11.9.3 - Conjunto de habilidades.

QUANTIDADE	PAPEL	FUNÇÕES/ HABILIDADES
1	Coordenador geral técnico	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionamento com equipe, nutrindo o desenvolvimento humano e técnico da equipe. - Gestão das informações - Revisão técnica de relatórios e produtos processuais e finais. - Coordenação executiva de campo - Logística
2	Articulador e sistematizador	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizações socioeconômicas. - Interface institucional e interface comunitária para mapeamentos organizacionais e sociais - Mobilização comunitária - Capacitação local - Facilitação e mediação - Sistematizações - Pleno domínio de ferramentas participativas - Logística
1	Desenhista gráfico	<ul style="list-style-type: none"> - Domínio de ilustrações, design e com linguagens acessíveis e diferenciadas.

10. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Considerando a previsão de duração da atividade de perfuração, o Diagnóstico participativo deverá ser desenvolvido em cinco meses.

11. RESPONSÁVEL INSTITUCIONAL

A Premier é a empresa responsável pela implementação deste Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. A **Tabela II.11.9.4** apresenta as informações da empresa e a **Tabela II.11.9.5**, o responsável técnico pela implementação do projeto.

TABELA II.11.9.4. – Responsável institucional do Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo

RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Premier Oil do Brasil Petróleo e Gás Ltda.	Praia de Botafogo 501, 2º andar, Torre Corcovado, Centro Empresarial Mourisco - CEP: 22250-040	+55 (21) 2546 9900 +55 (21) 2546 6002

TABELA II.11.9.5 – Responsável técnico institucional

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	REGISTRO PROFISSIONAL	CADASTRO IBAMA
Sonia Brotas Lima	Coordenadora de SMS	Bióloga	0312402D CRB-RJ	199675

12. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Pela elaboração deste Plano de Trabalho, a responsabilidade técnica é dos profissionais relacionados na **Tabela II.11.9.6** A cópia dos registros no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA também é apresentada no item II.13 – Equipe Técnica.

TABELA II.11.9.6 – Responsáveis técnicos

Nome	Formação	Cadastro IBAMA	Conselho de classe	Assinatura
Tatiane Moraes	Ecóloga, MSc.	1583356	Não aplicável	
Priscila Cordts	Comunicação Social	3.989.759	Não aplicável	

13. BIBLIOGRAFIA

ALWANG, J.; SIEGEL, P.; JORGENSEN, S. (2001). **Vulnerability: A view from a different disciplines**. World Bank, Social Protection Unit. Social Protection Discussion Paper Series.

CHAMBERS, R.; GUIJIT, I. DRP (1995): depois de cinco anos, como estamos agora? **Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais**, n. 26 março, 1995. p. 4-15

DFID. (1999). **Manual de Orientação sobre Meios de Vida Sustentáveis**. Ministério para o Desenvolvimento Internacional, 89p.

GOMES, M.; POMPÉIA, S. (2005). **Diagnóstico Participativo**. Curso de Capacitação em DRP. EL PASO. 25p.

SEN, A. (1981). **Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation** (Oxford, Clarendon Press).